

■ ■ SUMÁRIO

1. RECEITA TOTAL	4
1.1 Receita tributária	8
1.2 Transferências correntes	10
1.2.1 Transferências da União	11
1.2.2 Transferências do Estado	13
1.3 Ganho Fundef.	15
1.4 Receita da dívida ativa	16
1.5 Perdas de receita da Educação e Saúde por falta de repasse do governo do Estado	17
1.6 Perdas de receita dos royalties de petróleo por falta de repasse do governo do Estado	18
1.7 Receitas de capital	18
2. DESPESA TOTAL	20
2.1 Pessoal	22
2.2 Serviços de terceiros	24
2.3 Material de consumo	25
2.4 Dívida	26
2.5 Investimentos	27
2.6 Educação	30
2.7 Saúde	34
2.8 Assistência Social	37
3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	39
4. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40



FINANÇAS DE VILA VELHA

PRESTAÇÃO
DE CONTAS
2006



Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, **aos quais será dada ampla divulgação**, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; **as prestações de contas** e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; **e as versões simplificadas desses documentos.**” (grifo nosso)

Lei de Responsabilidade Fiscal

Lei Complementar, nº 101, 04/maio/2000

Visite o site da Prefeitura Municipal de Vila Velha

www.vilavelha.es.gov.br

Nele estão disponíveis as informações sobre as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e sobre as realizações da Prefeitura.

REALIZAÇÃO

Prefeitura Municipal de Vila Velha
Secretaria Municipal de Finanças

ELABORAÇÃO

Aequus Consultoria

FOTOS DE CAPA:

Unidade de Saúde - Ponta da Fruta
Umef Alger Ribeiro Bossois - Cidade da Barra

■ ■ APRESENTAÇÃO

Pelo sexto ano consecutivo, divulgamos as contas da Prefeitura Municipal de Vila Velha de forma clara e atrativa, por meio desta edição de **Finanças de Vila Velha - Prestação de Contas 2006**. A publicação explica o comportamento das receitas municipais e mostra o que de mais importante foi realizado com esses recursos, cumprindo com o que acreditamos ser um dever da administração pública - dar transparência a seus atos - e um direito dos cidadãos - ter fácil acesso às informações fiscais de sua cidade.

Nesta edição, podemos conferir o desempenho do total da receita, que vem apresentando taxas de crescimento cada vez maiores, a cada ano. Em 2006, o aumento da receita deveu-se à excelente performance dos tributos próprios, especialmente do ISS e à nossa atuação na área da Educação, pois é interessante observar que podemos obter maiores recursos para a Educação quanto mais investimos nela. Os investimentos nessa área, considerada primordial em nossa gestão, aumentaram o número de alunos nas escolas, o que, por sua vez, proporcionou ganhos crescentes no Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério).

No que diz respeito aos gastos, o grande destaque coube aos investimentos, que dobraram seu valor em relação ao ano de 2005, atingindo o maior valor já registrado no Município, de R\$ 51,9 milhões.

Desse total, 45% foram destinados à Educação, para a construção de novas escolas, reformas das antigas e compra de diversos equipamentos, tais como os de informática. Outras áreas que receberam investimentos foram a de Habitação; a de Urbanismo, através das obras de pavimentação, drenagem e terraplanagem; e a de Saúde; além, é claro, da Macrodrenagem - o maior desafio que estamos vencendo em nossa administração. Essa obra minimizará os prejuízos causados pelas chuvas, que há décadas afetam os bairros de nossa cidade. Dessa forma, ao concluirmos as obras nas seis bacias hidrográficas à esquerda do Rio Jucu, estaremos atendendo a uma demanda histórica de nossa população.

Outro fato a ser comemorado é o de termos mantido o equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas. Desde 2005, superamos os desajustes causados, primeiramente, pela necessidade de se reestruturar os serviços públicos do Município em 2002 e, em seguida, pelos gastos emergenciais realizados em 2004, em função das grandes enchentes daquele ano. Podemos dizer que nossa gestão fiscal está equilibrada e nosso caminho agora é o de avançarmos ainda mais e consolidarmos nossas conquistas.

Max Freitas Mauro Filho
Prefeito Municipal



A educação tributária nas escolas é realidade em Vila Velha. Através do Projeto “Cidadania Tributária” mais de 10.000 crianças da rede municipal já aprenderam sobre a importância do imposto na construção de uma cidade melhor. O projeto visa a conscientizar as crianças das obrigações dos cidadãos e, acima de tudo, dos seus direitos. Despertar o interesse da criança sobre o imposto através de teatro, interação e palestras é a missão do Projeto Cidadania Tributária.



PROJETO
**CIDADANIA
TRIBUTÁRIA**



PREFEITURA DE VILA VELHA
TRABALHANDO SÉRIO
POR UMA CIDADE MELHOR

1. RECEITA TOTAL

Principais itens da receita de Vila Velha de 2001 a 2006

Item da receita	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/ 2005 %	Partic. rec. total 2006 %
	em mil reais médios de 2006 - IPCA							
Receitas correntes	166.133,5	181.391,4	192.318,3	213.953,8	250.210,1	294.460,8	17,7%	99,5%
Receita tributária	48.827,4	64.396,7	64.362,2	66.820,3	78.985,4	93.922,7	18,9%	31,7%
IPTU	4.608,5	7.757,4	8.136,3	7.851,6	10.698,1	10.270,0	-4,0%	3,5%
ITBI	5.958,9	6.694,7	6.054,3	6.371,8	7.416,6	7.732,8	4,3%	2,6%
IRRF	-	1.431,8	2.511,0	2.505,6	3.172,3	4.447,5	40,2%	1,5%
ISS	25.497,3	32.478,7	32.517,1	31.051,3	36.997,3	48.237,9	30,4%	16,3%
Taxas ¹	12.762,8	16.034,1	15.143,5	19.015,5	20.701,2	23.234,5	12,2%	7,9%
Transferências correntes	105.303,1	106.608,2	110.901,6	133.054,2	154.244,3	167.361,9	8,5%	56,6%
União	33.298,7	35.828,6	32.885,6	40.954,0	48.047,5	55.253,2	15,0%	18,7%
FPM	21.782,0	24.573,0	22.214,6	23.016,1	27.038,9	28.966,3	7,1%	9,8%
SUS	6.590,2	7.685,2	6.911,9	9.690,4	11.294,5	12.752,8	12,9%	4,3%
LC 87/96	3.450,6	3.532,1	3.490,5	2.498,3	2.182,6	1.168,9	-46,4%	0,4%
ITR	22,5	38,3	26,5	26,5	32,5	32,2	-0,9%	0,0%
Outras transf. da União	1.453,4	0,0	242,0	5.722,5	7.499,0	12.333,0	64,5%	4,2%
Estado	62.826,2	59.363,0	65.352,8	76.025,3	83.062,0	86.739,4	4,4%	29,3%
QPM-ICMS	54.155,2	50.582,5	56.541,6	64.420,0	69.572,7	71.447,9	2,7%	24,1%
IPVA	6.446,5	7.028,6	7.427,0	9.537,7	10.877,7	12.370,4	13,7%	4,2%
IPI-exportação	2.224,6	1.751,9	1.340,7	1.664,5	1.646,8	1.573,4	-4,5%	0,5%
Outras transf. do Estado	0,0	0,0	43,5	403,0	964,8	1.347,7	39,7%	0,5%
Ganho Fundef ²	5.585,8	5.707,7	10.701,1	15.693,4	22.876,7	25.012,0	9,3%	8,5%
Outras transferências correntes	3.592,4	5.708,8	1.962,1	381,5	258,1	357,3	38,4%	0,1%
Outras receitas correntes	12.003,0	10.386,5	17.054,5	14.079,3	16.980,4	33.176,3	95,4%	11,2%
Dívida ativa	2.770,8	3.433,4	7.640,1	1.877,5	4.098,4	5.195,5	26,8%	1,8%
Fundef municipalização	-	-	-	-	-	15.093,5	-	5,1%
Demais receitas correntes	9.232,3	6.953,1	9.414,4	12.201,8	12.882,0	12.887,3	0,0%	4,4%
Receitas de capital	0,0	203,2	5.840,6	7.062,9	4.520,6	1.431,6	-68,3%	0,5%
Transferências de capital	0,0	203,2	3.561,8	3.044,5	1.731,0	1.431,6	-17,3%	0,5%
Outras receitas de capital	0,0	0,0	2.278,8	4.018,4	2.789,6	0,0	-100,0%	0,0%
Receita total	166.133,5	181.594,6	198.158,9	221.016,7	254.730,8	295.892,4	16,2%	100,0%

¹ Foram incluídos os valores da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (Cosip).

² O ganho Fundef refere-se à diferença positiva entre a receita e a despesa com o Fundef.

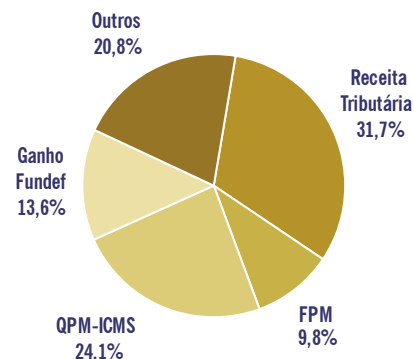
Fonte: elaborado pela Aequis Consultoria com base nos balanços da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

A arrecadação de Vila Velha tem aumentado vigorosamente desde 2002, com taxas de crescimento anuais superiores a 9%. Em 2006, esse processo de crescimento acelerado continuou e a receita total de Vila Velha alcançou R\$ 295,9 milhões, com taxa de crescimento de 16,2% em relação ao ano anterior, quando a receita havia sido de R\$ 254,7 milhões, considerando-se os valores atualizados pela inflação.

Atualização de preços

Os valores que constam nesta publicação foram atualizados pela inflação, trazendo-os para preços de 2006. Essa correção permite comparar valores de diferentes anos, sem as distorções causadas pelo processo inflacionário. O índice utilizado para isso foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Composição da receita total - 2006

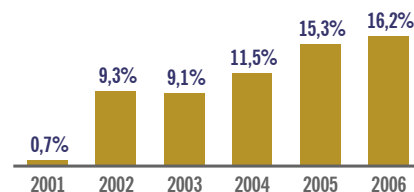


Evolução da receita total

Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006

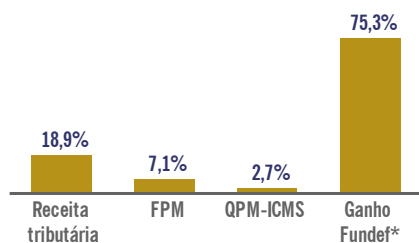


Taxa de crescimento da receita total em relação ao ano anterior



Obras de macrodrenagem na Rua Vital Brasil - Bairro Soteco

Taxa de crescimento dos principais itens da receita



* Incluído o valor do Fundef municipalização

A boa performance da receita municipal foi resultado da excelente taxa de crescimento de 18,9% da receita tributária própria, composta pela arrecadação do IPTU, ISS, ITBI, IRRF e pelas taxas, que saltou de R\$ 79 milhões, em 2005, para R\$ 93,9 milhões, em 2006. Todos os itens da receita tributária cresceram, exceto o IPTU, que apresentou um pequeno recuo de 4%.

As transferências constitucionais também foram importantes para a expansão da receita municipal, principalmente o ganho do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), que aumentou significativamente, adicionando R\$ 17,2 milhões aos cofres municipais, resultado do aumento de matrículas nas escolas municipais e considerando também o valor do ganho do Fundef referente à municipalização de escolas estaduais de R\$ 15,1 milhões. Também aumentaram os recursos da Quota-Parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS), a transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), os repasses ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Juntas, essas quatro transferências adicionaram R\$ 6,8 milhões na arrecadação de Vila Velha.

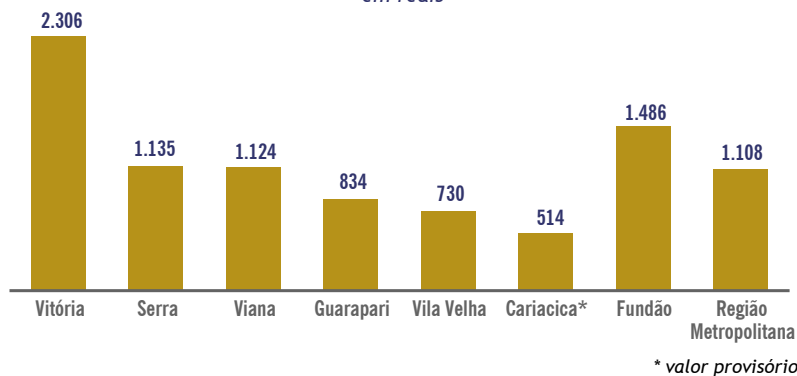
Receita total per capita

Com os sucessivos saltos na arrecadação municipal de Vila Velha, a receita per capita evoluiu progressivamente de R\$ 467 por habitante, em 2001, para R\$ 617, em 2005, e R\$ 730, em 2006. Entretanto, esses valores ainda são baixos quando comparados aos de outros municípios do Estado: Vila Velha permanece nas últimas posições no ranking da receita total per capita. Isso ocorre porque Vila Velha é duplamente prejudicada pelo sistema de distribuição de recursos da União e do Estado aos municípios.

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, o critério para a divisão do ICMS dos estados aos seus respectivos municípios

Todos os itens da receita tributária cresceram, exceto o IPTU, que apresentou um pequeno recuo de 4%

**Receita total per capita dos municípios
da Região Metropolitana - 2006**
em reais



favorece aqueles que abrigam grandes plantas industriais, dado que 75% dos recursos da Quota-Parte Municipal no ICMS devem ser distribuídos em proporção direta ao valor adicionado local. Como nenhuma das grandes indústrias, que atualmente estão em processo de expansão, está instalada no território de Vila Velha, o Município possui um valor adicionado que perde importância relativa no conjunto dos municípios do Estado.

Os outros 25% dos recursos do ICMS são distribuídos por critérios definidos pelo Estado, os quais, mais uma vez, penalizam o Município de Vila Velha, o mais populoso do Estado.

A divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por sua vez, principal transferência da União aos municípios, é realizada conforme o número de habitantes. No entanto, como a distribuição é feita de forma que os pequenos municípios recebam relativamente mais que os maiores, aqui também Vila Velha perde. Tomando como referência os dados de 2005, os cinco maiores FPM por habitante foram registrados nos cinco municípios de menor porte populacional, todos com menos de sete mil habitantes: Divino de São Lourenço, Mucurici, Ponto Belo, Alto Rio Novo e Dorcas do Rio Preto, todos com valores acima de R\$ 400 por habitante. Vila Velha, por sua vez, recebeu apenas R\$ 65,5 por habitante, o menor valor do Estado, naquele ano. Em 2006, o valor foi de R\$ 71,5 de FPM por habitante.

Com os sucessivos saltos na arrecadação municipal de Vila Velha, a receita per capita evoluiu progressivamente de R\$ 467 por habitante, em 2001, para R\$ 617, em 2005, e R\$ 730, em 2006

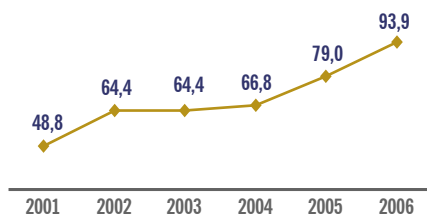
Vila Velha é duplamente prejudicada pelo sistema de distribuição de recursos da União e do Estado aos municípios

**Evolução da receita per capita
do Município de Vila Velha**
Em R\$ mil - IPCA médio de 2006

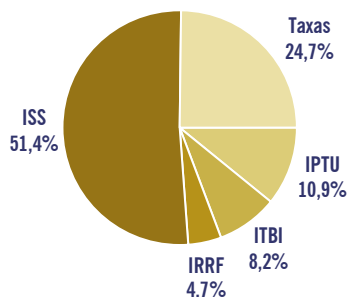


1.1 - Receita tributária

Evolução da receita tributária
Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



Composição da receita tributária - 2006



O conjunto dos recursos arrecadados pela Prefeitura, composto pela cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis inter vivos (ITBI), do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e das taxas, é denominado receita tributária municipal.

A receita tributária própria, que era de R\$ 66,8 milhões, em 2004, experimentou um crescimento acentuado nos dois últimos anos, com taxas de 18,1%, em 2005, e 18,7%, em 2006, alcançando a cifra de R\$ 93,9 milhões, nesse ano. Observe-se que o desempenho das receitas tributárias próprias, em 2005 e 2006, foi superior ao do conjunto das transferências correntes, de 15,9% e 8,5%, nos mesmos anos.

Em 2005, a receita tributária própria foi influenciada pelo bom desempenho de todos os tributos, principalmente do ISS e do IPTU. Em 2006, à exceção do IPTU, todos os demais tributos cresceram. Mas, foi o crescimento na arrecadação do ISS que alavancou o total da receita tributária.

Obra concluída de rotatória - Itaparica



O ISS é a segunda maior receita do Município de Vila Velha, representando 16,3% do total, em 2006, atrás apenas do ICMS municipal. O recolhimento do ISS cresceu intensamente nos dois últimos anos, saindo de uma média de R\$ 32 milhões, entre 2002 e 2004, para R\$ 37 milhões, em 2005, e R\$ 48,2 milhões, em 2006.

Foram três os fatores que propiciaram o crescimento do ISS: um deles foram os efeitos da Lei Complementar nº 116, de 31 de junho de 2003, que favoreceu a utilização do regime de arrecadação por substituição tributária, facilitando a arrecadação através dos maiores tomadores de serviços. Outro fator foi o próprio crescimento do setor de serviços no Município, como o setor da construção civil, que destaca-se em Vila Velha, uma vez que os empreendimentos imobiliários na cidade representam 53% do total do Estado. O aumento no número de empresas comprova o crescimento do setor de serviços: as inscrições no cadastro municipal chegaram a 36.733, em 2006, número 45% superior ao de 2000, de 25.348 empresas. O terceiro fator foram os investimentos realizados pela Prefeitura na compra de equipamentos e veículos e em treinamentos e cursos para a fiscalização do ISS. Tais investimentos foram realizados através do Programa de Modernização da Administração Tributária e Setores Sociais Básicos (PMAT).

A arrecadação das taxas, por sua vez, cresceu pelo terceiro ano consecutivo, alcançando R\$ 23,2 milhões, o que representou um aumento de 12,2%, em relação ao ano anterior. Ressalte-se que no total das taxas foram incluídos os valores da receita da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip), implantada em 2003 em substituição à taxa de iluminação pública. Essa inclusão foi feita com o objetivo de tornar comparável a série de dados sobre as taxas.

Já o ITBI teve um aumento moderado, passando de R\$ 7,4 milhões, em 2005, para R\$ 7,7 milhões, em 2006, o que significou uma taxa



Reformas das praças da Prainha

**O aumento no número de empresas
comprova o crescimento do setor de
serviços: as inscrições no cadastro
municipal chegaram a 36.733**

de crescimento de 4,3%. Foi um bom desempenho, tendo em conta que no ano anterior a arrecadação havia crescido 16,4%.

O recolhimento do IPTU recuou 4%, passando de R\$ 10,7 milhões, em 2005, para R\$ 10,3 milhões, em 2006, devido à forte base de comparação representada pelo ano anterior quando, através da revisão da planta genérica de valores, a arrecadação havia aumentado 36,3%.

A partir de 2002, o Imposto de Renda Retido na Fonte pela Prefeitura (IRRF) deixou de ser contabilizado como receita transferida pela União e passou a fazer parte das receitas tributárias próprias. Desde então, excetuando o ano de 2004, o recolhimento do IRRF tem avançado acentuadamente. Em 2002, foi de apenas R\$ 1,4 milhão e representou 0,8% da receita total. Em 2006, ele alcançou R\$ 4,4 milhões e representou 1,5% do total. O aumento do IRRF, em 2006, rendeu ao Município uma receita adicional de R\$ 1,3 milhão, em relação ao ano anterior.

Umei Tia Nina - Ilha dos Bentos



1.2 - Transferências correntes

As transferências constitucionais de recursos que Vila Velha recebe da União e do Estado foram responsáveis por 56,6% da receita total, em 2006, atingindo R\$ 167,4 milhões. Esse valor foi 8,5% superior aos valores transferidos no ano anterior, de aproximadamente R\$ 154,2 milhões. O crescimento das transferências constitucionais federais, conjugado ao aumento moderado dos repasses constitucionais do Estado, explicam esse desempenho do total das transferências correntes.

As maiores transferências recebidas por Vila Velha são a Quota-Parte Municipal na arrecadação de ICMS (QPM-ICMS), que correspondeu a 24% do total da receita municipal, em 2006, e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), proveniente da União, que representou 9,8% da receita total.



US Deomar Bittencourt Pereira - Ponta da Fruta

O FPM é a terceira principal fonte de recursos do Município, atrás somente da QPM-ICMS e do ISS

1.2.1 - Transferências constitucionais da União

A principal transferência constitucional realizada pela União a Vila Velha é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). É uma transferência constitucional formada por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esse fundo é distribuído aos municípios de acordo com coeficientes baseados no tamanho da população. Nesse mecanismo de distribuição, os valores dos coeficientes aumentam 0,2 ponto para cada faixa populacional, enquanto que os valores dos intervalos das faixas populacionais aumentam progressivamente. Disso resulta que o coeficiente dos municípios maiores é proporcionalmente muito menor que o dos municípios com população reduzida.

Em 2006, Vila Velha recebeu R\$ 29 milhões referentes ao FPM, o que representou um aumento de 7,1% em relação ao ano anterior. O FPM é a terceira principal fonte de recursos do Município, atrás somente da QPM-ICMS e do ISS. Todavia, mesmo crescendo ininterruptamente nos últimos três anos, a participação do FPM na receita total tem decrescido: em 2002, foi de 13,5% e, em 2006, recuou para 9,8%. Essa queda de participação está relacionada ao cresci-



Aula de natação na Umef Leonel de Moura Brizola



Projeto de jornada ampliada nas escolas

mento mais intenso das outras fontes de recursos, como a do ISS, da QPM-ICMS, do ganho Fundef e das transferências para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O repasse que Vila Velha recebeu da União para o financiamento do SUS, em 2006, atingiu a cifra de R\$ 12,8 milhões, recursos que também vêm crescendo continuamente desde 2004, pois seu recebimento está atrelado ao aumento da prestação de serviços de Saúde pelo Município, que também é crescente (veja quadro na página 34).

Cabe destacar o forte aumento de 64,5%, registrado no conjunto das outras transferências da União, em 2006, o que significou um montante de R\$ 4,8 milhões a mais no orçamento municipal. Os itens que mais contribuíram para esse crescimento foram:

- a) o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que, ao atingir R\$ 5,4 milhões, adicionou cerca de R\$ 1,8 milhão, resultado do aumento de matrículas nas escolas municipais;

b) a Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo, que chegou a R\$ 2,9 milhões, resultando num acréscimo de R\$ 2 milhões. Esse ganho deveu-se à conquista da administração municipal em incluir Vila Velha na zona principal de produção de petróleo;

c) e a Compensação Financeira pelo Esforço de Exportação, que contabilizou R\$ 2,5 milhões, representando R\$ 818,9 mil a mais.

1.2.2 - Transferências constitucionais do Estado

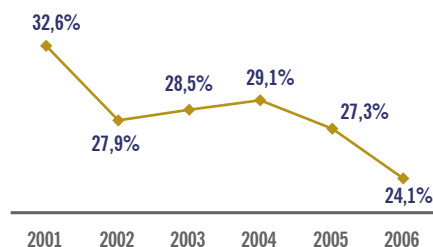
A principal fonte de receita de Vila Velha é a Quota-Parte na arrecadação do ICMS (QPM-ICMS). Entretanto, seu comportamento preocupa a administração municipal, na medida em que, apesar de apresentar valores crescentes, vem perdendo peso de forma acelerada no orçamento municipal. Em 2001, quase um terço (32,6%) de toda receita foi proveniente do ICMS. Em 2006, recuou para 24,1%. O que está por trás desses números revela uma situação perversa para Vila Velha, bem como para a grande maioria dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo.

Em 2006, o crescimento médio dos repasses de ICMS do Estado aos municípios capixabas foi de 6,6%, em termos reais, ou seja, já descontada a inflação. Em Vila Velha, o aumento do ICMS foi de apenas 2,7%, que passou de R\$ 69,6 milhões, em 2005, para R\$ 71,4 milhões, em 2006. Esse crescimento de Vila Velha tão abaixo da média estadual foi resultado da queda de seu Índice de Participação no ICMS (IPM).

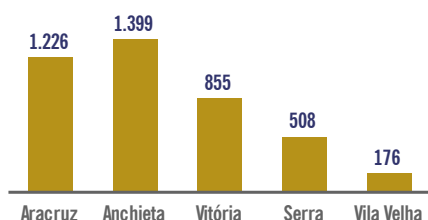
Segundo a Constituição do Brasil, os estados devem repassar a parcela de 25% da arrecadação de ICMS aos respectivos municípios, utilizando para isso os Índices de Participação dos Municípios (IPM). Segundo as regras constitucionais, o cálculo desses índices leva em consideração o valor adicionado na proporção de, no mínimo, três

O ganho de royalties de petróleo deveu-se à conquista da administração municipal em incluir Vila Velha na zona principal de produção de petróleo

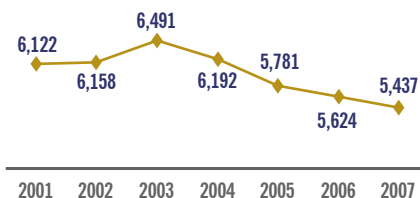
Peso do ICMS na receita municipal



ICMS por habitante - 2006
em reais



Evolução do IPM
em %



quartos (valor adicionado é a riqueza gerada pelas empresas nos territórios dos municípios). Os Estados podem definir legislação própria para a distribuição do um quarto restante. Os critérios adotados pelo Estado para transferência desse um quarto restante penalizam, mais uma vez, o Município de Vila Velha.

Ao estabelecer maior peso ao valor adicionado, os critérios de distribuição beneficiam os municípios que contam com grandes plantas industriais em seus territórios e distorcem profundamente a distribuição do ICMS entre os municípios capixabas. O Município de Anchieta, com 22 mil habitantes, embolsou R\$ 31,2 milhões de ICMS, em 2006, o que significou R\$ 1.399 por habitante, apenas por sediar a Samarco Mineração. Outro exemplo é Aracruz, que é sede da Aracruz Celulose. O município, com quase 74 mil habitantes, obteve R\$ 90,3 milhões de ICMS, o que resultou num valor de R\$ 1.226 por habitante. Por sua vez, Vila Velha, com mais de 405 mil habitantes, obteve R\$ 71,4 milhões de ICMS, o equivalente a R\$ 176 por habitante. Ou seja, apenas 12,6% do que recebeu Anchieta.

A expansão recente dos grandes projetos e o advento do petróleo no Espírito Santo vêm aumentando de forma espetacular o ICMS de alguns poucos municípios. Ao mesmo tempo fez com que Vila Velha, como tantos outros, amargasse uma queda sistemática de seu Índice de Participação do ICMS nos últimos quatro anos. A perda só não foi maior porque a administração tributária municipal vem trabalhando continuamente para melhor apurar o valor adicionado das empresas que estão instaladas em nosso território.

Vale lembrar que as atividades em torno do petróleo e do gás estão ainda no começo. Quando estiverem em pleno funcionamento, as distorções na distribuição do ICMS tendem a se aprofundar ainda mais.

Existem outras transferências constitucionais realizadas pelo Estado do Espírito Santo, como as do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que manteve sua trajetória ascendente e saltou de R\$ 10,8 milhões para R\$ 12,4 milhões; e a do Imposto sobre

Vila Velha é penalizada na distribuição do ICMS, tanto pelo critério do valor adicionado, quanto pelos critérios adotados pelo Estado

Produtos Industrializados relativo às exportações (IPI-exportação), que, desde 2002, esteve sempre em torno de um valor médio de R\$ 1,6 milhão. O valor recebido a título da Contribuição de Intervenção ao Domínio Econômico (Cide) foi de R\$ 735,2 mil em 2006.

Vale citar ainda o chamado Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais, criado pelo governo do Estado, em 2006, com recursos dos royalties que o Estado sistematicamente subtrai dos municípios. Naquele ano, Vila Velha recebeu R\$ 612,5 mil. Em 2007, Vila Velha foi excluído desse Fundo, pois, segundo um de seus critérios o município que for beneficiado com mais de 2% dos royalties de petróleo no Estado não participa dos repasses. Com essa exclusão, estima-se que haverá uma perda de recursos da ordem de R\$ 22,5 milhões nos próximos quatro anos para Vila Velha¹. Mas essa perda é ainda maior quando são considerados os valores não transferidos referentes à parcela de 25% dos royalties do Estado (veja item 1.6, na página 18).

1.3 - Ganho Fundef

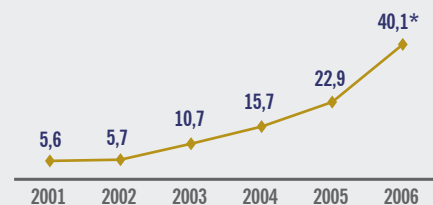
Em 2006, último ano em que vigorou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), Vila Velha remeteu R\$ 15,5 milhões ao Fundo e recebeu R\$ 40,5 milhões, o que gerou um ganho de R\$ 25 milhões. Além disso, Vila Velha recebeu também R\$ 15,1 milhões do Fundef que se referem às 21 escolas estaduais municipalizadas. No total, portanto, o ganho foi de R\$ 40,1 milhões, o maior apropriado pelo Município desde o início do Fundo no Espírito Santo, em 1997. Foi também 75% maior que o saldo verificado no ano anterior e cerca de sete vezes maior que o valor registrado em 2001. Tudo isso resultado da política adotada desde o primeiro ano da atual administração municipal que garantiu matrícula para toda criança em escolas do Município, registrando, em consequência, um aumento significativo de alunos, o que alavancou um ganho extraordinário do Fundef.

¹ Estimativa baseada na projeção do governo do Estado para o volume total do Fundo de Redução das Desigualdades Regionais, nos anos de 2007 a 2010, e o índice de participação de Vila Velha no Fundo, em 2006, publicados no anuário Finanças dos Municípios Capixabas - ano 12 - 2006.



Umef Ulisses Álvares - Ataíde

Evolução do Ganho Fundef
Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



* Refere-se aos R\$ 25 milhões do ganho Fundef somado aos R\$15,1 milhões do Fundef municipalização

A Prefeitura instituiu políticas de justiça fiscal com a finalidade de estimular o contribuinte a efetuar o pagamento em dia, antes mesmo de sua inscrição em dívida ativa

1.4 - Receita da dívida ativa

A receita da dívida ativa é composta por recebimentos de contribuintes que estavam em débito com a Prefeitura. Uma série de medidas adotadas pela administração tributária municipal intensificou o recebimento desses créditos que, em 2006, alcançaram R\$ 5,2 milhões, valor 26,8% acima do obtido no ano anterior.

Destacam-se as seguintes medidas:

- Realização de assembléias populares e plenárias e de audiências públicas com representantes dos contribuintes para discutir sobre a dívida ativa
- Elaboração de propaganda versando sobre a dívida ativa
- Geração de carnês de IPTU com aviso de débito inscrito em dívida ativa e boleto com código de barras para pagamento
- Envio de comunicação ao contribuinte devedor antes do ajuizamento
- Emissão de 157.890 boletos da dívida ativa pelo Banco do Brasil
- Envio de quatro mil certidões de dívida ativa para ajuizamento
- Julgamento em 1ª e 2ª instâncias dos processos administrativos referentes à ação fiscal, lavrados no atual exercício e nos anteriores
- Assinatura de convênio com o Banco do Brasil para recebimento de débitos utilizando o sistema Visa Electron e Visa Electron CDC
- Convênio com bancos privados (HSBC e Unibanco) para arrecadação da dívida ativa e dos tributos, por intermédio da Lei nº 4.487/06

Além dessas medidas diretamente relacionadas ao resgate da dívida ativa, a Prefeitura instituiu políticas de justiça fiscal com a finalidade de estimular o contribuinte a efetuar o pagamento em dia, antes mesmo de sua inscrição em dívida ativa. Dentre elas, destacam-se os descontos, parcelamentos e redução de multas e juros para o pagamento do IPTU e um maior acompanhamento dos contribuintes do ISS.

Receita da dívida ativa

Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



1.5 - Perdas de receita da Educação e Saúde por falta de repasse do governo do Estado

Entre 2001 e 2006, os municípios capixabas acumularam enormes perdas nas áreas de Educação e Saúde, dado que no Espírito Santo o governo estadual não contabiliza o ICMS-Fundap para efeito de aplicação dos percentuais obrigatórios pela Constituição Federal.

Como consequência, não foram aplicados R\$ 530 milhões na precária saúde pública estadual, o que afeta diretamente todos os municípios, mas principalmente Vila Velha, que é a cidade mais populosa do Espírito Santo.

O Município não recebeu do Fundef, por conta do não recolhimento do Estado, no mesmo período, R\$ 27,9 milhões, que poderiam ser aplicados em melhorias no sistema educacional, bem como deste valor poderiam ter sido aplicados R\$ 16,8 milhões em salários aos professores do Município.

Prejuízo na Educação por falta de repasse dos 15% do ICMS-Fundap pelo Estado de 2001 a 2006

Descrição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	No período
<i>Participação no Fundef</i>							
Vila Velha	3,0%	3,1%	3,8%	4,3%	4,8%	4,9%	4,2%
Municípios	43,7%	45,7%	47,8%	50,3%	52,4%	64,4%	52,4%
Estado do Espírito Santo	56,3%	54,3%	52,2%	49,7%	47,6%	35,6%	47,6%
<i>Em milhões de reais - valores correntes</i>							
Receita de ICMS-Fundap não contabilizada para o Fundef	592,9	687,1	530,0	806,3	887,0	1.029,7	4.553,0
15% não aplicado no Fundef	88,9	103,1	79,5	120,9	133,0	154,5	679,9
<i>Prejuízo na Educação - em milhões de reais - valores correntes</i>							
Vila Velha	2,6	3,2	3,0	5,2	6,4	7,5	27,9
Municípios	38,9	47,1	38,0	60,8	69,7	99,5	354,1
Estado + 10% MDE	109,3	124,7	94,5	140,7	152,0	157,9	779,1
<i>Valores que deixaram de ser aplicados em salários para os professores (mínimo 60% do Fundef) + MDE em milhões de reais - valores correntes</i>							
Vila Velha (Fundef)	1,6	1,9	1,8	3,1	3,8	4,5	16,8
Municípios (Fundef)	23,3	28,3	22,8	36,5	41,8	59,7	212,5
Estado (Fundef + MDE)	65,6	74,8	56,7	84,4	91,2	94,7	467,5

Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha/Secretaria Municipal de Finanças e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Estado do Espírito Santo.

Prejuízo na Saúde

Descrição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
<i>em milhões de reais correntes</i>							
Receita ICMS-Fundap não contabilizada para a Saúde	592,9	687,1	530,0	806,3	887,0	1.029,7	4.533,0
% mínimo a aplicar	11,0%	11,3%	11,5%	12,0%	12,0%	12,0%	
Prejuízo da Saúde do Estado	65,3	77,4	61,0	96,8	106,4	123,6	530,4

Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha/Secretaria Municipal de Finanças e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Estado do Espírito Santo.

1.6 - Perdas de receita dos royalties de petróleo por falta de repasse do governo do Estado

O governo do Estado do Espírito Santo é o único no Brasil que não destina 25% de sua parcela nos royalties do petróleo aos municípios, de acordo com o art. 9º da Lei federal nº 7.990, de 1989. Desse modo, os municípios são penalizados com as seguintes perdas:

Royalties do Estado do Espírito Santo

Descrição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	No período
	em milhões de reais correntes						
Royalties	24,4	33,1	67,7	62,9	71,1	113,3	372,5
Valor não repassado aos municípios (25%)	6,1	8,3	16,9	15,7	17,8	28,3	93,1
Prejuízo de Vila Velha - de acordo com o IPM *	0,37	0,51	1,10	0,97	1,03	1,59	5,58

Fonte: elaborado pela Prefeitura Municipal de Vila Velha a partir de dados da ANP disponíveis em <http://www.anp.gov.br/participacao_gov/index.asp>.
* Índice de participação do Município na quota-parte municipal do ICMS.

Como já citado na página 15, o governo do Estado criou, em 2006, com os recursos dos royalties de petróleo que deixou de transferir aos municípios, o chamado Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (Lei Estadual nº 8.308/06), a título de minimizar as distorções na distribuição do ICMS. Em 2006, o Município recebeu a quantia de R\$ 612,5 mil, o correspondente a 38,5% do valor de R\$ 1,59 milhão que deixou de receber, em 2006, a título de royalty a ser transferido pelo Estado. No entanto, em 2007, Vila Velha foi excluído desse Fundo, pois, segundo um de seus critérios o município que for beneficiado com mais de 2% dos royalties de petróleo no Estado não participa dos repasses.

1.7 - Receitas de capital

As receitas de capital são recursos que as administrações municipais normalmente obtêm através de operações de crédito, da venda de bens e das transferências que recebem dos outros níveis de governo (Estado e União) para a realização de investimentos. Em 2006, a receita de capital de Vila Velha foi de R\$ 1,4 milhão, originária exclusivamente das transferências de capital em convênios firmados com a União e o Estado.

Os valores das transferências de capital e sua destinação foram os seguintes:

Transferência de capital da União

- Programa de urbanização, regularização e integração de assentamentos precários: R\$ 102 mil
- Programa Habitar Brasil: R\$ 45 mil
- Programa Pró-Moradia/Macrodrenagem: R\$ 328,9 mil
- Programa de Habitação de Interesse Social: R\$ 361,5 mil

Transferência de capital do Estado

- Desapropriação do Parque Municipal Jacarenema: R\$ 20 mil (recurso devolvido devido à sua insignificância frente ao valor necessário)
- Ajuda para construção do Posto de Saúde de Jardim Marilândia: R\$ 250 mil
- Ajuda para reforma do Tartarugão: R\$ 325 mil



2. DESPESA TOTAL

Principais itens da despesa¹ de Vila Velha de 2001 a 2006

Item da despesa	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/ 2005 %	Partic. desp. total 2006 %
	em mil reais médios de 2006 - IPCA							
Pessoal	55.484,8	70.983,3	78.067,0	89.523,6	105.940,7	119.142,7	12,5%	40,6%
Pessoal ativo²	46.877,3	60.823,7	66.432,9	77.191,5	89.996,7	101.763,4	13,1%	34,7%
Inativos	7.203,5	8.404,1	9.745,6	10.247,9	13.205,6	14.382,8	8,9%	4,9%
Pensionistas	1.082,9	1.476,0	1.636,6	1.841,7	2.536,3	2.878,8	13,5%	1,0%
Salário-família	321,1	279,4	251,9	242,5	202,1	117,6	-41,8%	0,0%
Custeio	70.783,2	89.763,8	88.567,9	89.186,9	103.995,9	115.568,0	11,1%	39,4%
Material de consumo	8.103,0	6.166,4	4.512,9	5.805,3	4.078,5	7.051,8	72,9%	2,4%
Serviços de terceiros e encargos	61.101,5	79.838,1	77.860,6	75.678,8	85.213,7	99.230,2	16,4%	33,8%
Outras despesas de custeio	1.578,7	3.759,3	6.194,4	7.702,9	14.703,6	9.286,0	-36,8%	3,2%
Juros e amortizações da dívida	1.642,1	2.793,3	3.250,5	3.461,2	4.923,0	6.742,3	37,0%	2,3%
Investimentos	27.326,1	43.992,6	28.701,3	47.781,3	25.387,4	51.885,3	104,4%	17,7%
Despesa total	155.236,1	207.533,0	198.586,6	229.953,1	240.246,9	293.338,4	22,1%	100,0%

¹ Inclui as despesas da Câmara Municipal. ² inclui os encargos sociais.

Fonte: elaborado pela Aequus Consultoria com base nos balanços de 2002 a 2006 da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Em 2006, a despesa total de Vila Velha elevou-se em 22,1%, em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 293,3 milhões. Isso significou que a Prefeitura utilizou R\$ 53,1 milhões a mais que em 2005. Metade dessa despesa adicional, ou seja, R\$ 26,5 milhões, foi direcionada para os investimentos, que dobraram de valor entre 2005 e 2006. O restante refere-se aos aumentos nas despesas com pessoal e demais custeios, que elevaram-se em R\$ 13,2 milhões e R\$ 11,6 milhões, respectivamente, e, em menor medida, aos gastos com os encargos e amortizações da dívida, que foram acrescidos de R\$ 1,8 milhão.

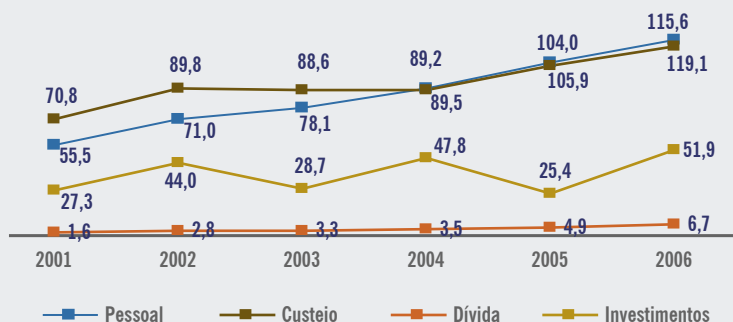
Evolução da despesa total

Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



Evolução dos principais itens da despesa

Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006

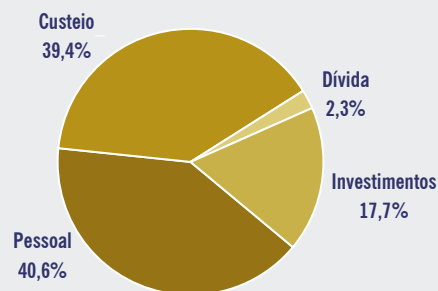


O maior item de despesa em Vila Velha, assim como para a maioria dos municípios brasileiros, é o pagamento de pessoal e seus encargos, representando 40,6% do total, em 2006. Em seguida, aparecem as despesas com custeio (39,4%), os investimentos (17,7%) e os encargos e amortizações da dívida (2,3%).

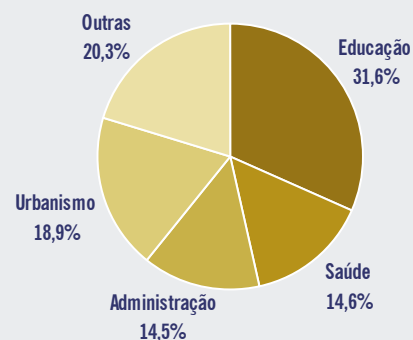
A Educação é a área que absorveu a maior parcela da despesa municipal, com 31,6%, em 2006. Em seguida, vêm os gastos com Urbanismo, Saúde e Administração (veja gráfico ao lado). As demais funções dizem respeito à Habitação, Saneamento, Câmara Municipal, Previdência Social, Comunicação, Transporte e Cultura, entre outras.

A participação da despesa por órgãos ou secretarias quase coincide com a dos gastos por função. Em 2006, a maior despesa foi executada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, cujo valor correspondeu a 32,2% de todo o gasto municipal. Em seguida, vem a Secretaria de Saúde, com 14,6% do total; a Secretaria de Administração, com 12,8%, a de Serviços Urbanos, com 11,2%, e a de Obras, com 11,8%. Nota-se, portanto, que quase metade de todo o gasto municipal (46,8%) é destinado para as secretarias das áreas sociais de Educação e Saúde, o que correspondeu a R\$ 137,3 milhões, em 2006.

Composição da despesa - 2006



Composição da despesa por função - 2006



Despesa por Poder e Órgão

Poder e Órgão	2005	2006	Participação	Variação 2006/2005
	em mil reais médios de 2006 - IPCA			
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	74.880,1	94.372,1	32,2%	26,0%
Secretaria de Saúde	38.822,2	42.970,0	14,6%	10,7%
Secretaria de Administração	35.438,4	37.595,0	12,8%	6,1%
Secretaria de Obras	21.147,4	34.715,6	11,8%	64,2%
Secretaria de Serviços Urbanos	32.926,9	32.717,8	11,2%	-0,6%
Instituto de Prev. Ass. Serv. Munic.	9.137,2	15.335,1	5,2%	67,8%
Câmara Municipal	12.727,5	14.793,1	5,0%	16,2%
Secretaria de Finanças	6.468,9	10.074,1	3,4%	55,7%
Gabinete	5.875,2	5.075,7	1,7%	-13,6%
Secretaria de Ação Social	1.794,6	2.541,3	0,9%	41,6%
Outros	1.028,6	3.148,5	1,1%	206,1%
Total	240.246,9	293.338,4	100,0%	22,1%

Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha, Secretaria Municipal de Finanças.



Pré-Natal Unidade de Saúde - Araçás

2.1 - Pessoal

Antes de 2001, havia uma enorme carência na prestação de serviços públicos, principalmente nas áreas de Educação e Saúde, e parte dos serviços prestados pelo Município era realizada, atipicamente, mediante a contratação de serviços de terceiros e não por servidores públicos municipais. Como resultado da forma como atuava a administração municipal naquela época, os balanços municipais registravam valores muito baixos para o gasto com pessoal direto.

Para se ter uma idéia, em 2001, o gasto com pessoal representava apenas 33,4% da receita corrente, enquanto que para os demais municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) os valores variavam de 46,4% a 58,4%, no mesmo ano.

A partir de 2001, o valor destinado ao gasto com pessoal registrou sucessivos aumentos devido à recuperação de diversos serviços prestados à população, à substituição de pessoal contratado por pessoal efetivo, ao novo plano de cargos e salários que corrigiu defasagens salariais, em 2002, à realização de concurso público, à expansão da rede de escolas no Município e ao conseqüente aumento do número de alunos nas escolas. Em 2006, o gasto com pessoal foi de R\$ 119,1 milhões, 12,5% maior que o valor registrado no ano anterior, de R\$ 105,9 milhões.

Apesar dos aumentos, o gasto com pessoal nunca se aproximou do limite de 60% da receita corrente, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O maior percentual foi de 42,3%, em 2005, sendo que em 2006 houve um recuo para 40,5%. Isso significa que os aumentos na despesa com pessoal vêm sendo suportados pelos aumentos da receita e não comprometeram o equilíbrio fiscal das contas de Vila Velha.

Evolução da despesa com pessoal
Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



Participação da despesa com pessoal na receita corrente*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal/ Receita corrente	29,6%	33,4%	39,1%	40,6%	41,8%	42,3%	40,5%

Fonte: balanços municipais. Nota: a despesa com pessoal inclui os encargos sociais.

* Inclui os valores da Câmara Municipal de Vila Velha.

O maior gasto com pessoal foi realizado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, que participou com 39,6% do total desse item. A Secretaria de Saúde vem em segundo lugar, com 14,4%, e a Câmara Municipal absorveu 10% dos R\$ 119,1 milhões destinados a pessoal. A soma de todos os demais órgãos representou 36%.

Despesa com pessoal por poder e órgão - 2005 e 2006

Poder e Órgão	2005	2006	Variação	Partic. no total 2006
	em mil reais médios de 2006 - IPCA			
Educação, Cultura e Esportes	44.590,6	47.143,7	5,7%	39,6%
Saúde	16.921,1	17.196,9	1,6%	14,4%
Câmara Municipal	9.745,6	11.897,0	22,1%	10,0%
Demais órgãos	35.015,9	42.905,2	22,5%	36,0%
Total	106.273,3	119.142,7	12,1%	100,0%

Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha, Secretaria Municipal de Finanças.

A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes concentra a maior parte do gasto com pessoal por ser a secretaria que detém o maior número de funcionários. Em 2006, eram 3.405, o que correspondia a 57,6% do total de servidores ativos. Na Secretaria de Saúde estavam lotados 1.092 servidores, representando 18,5% de um total de 5.914 funcionários de toda a Prefeitura.

Número de funcionários por órgão 2006

Órgão	2006	Participação no total
Sec. Educação, Cultura e Esportes	3.405	57,6%
Sec. Saúde	1.092	18,5%
Sec. Obras	317	5,4%
Sec. Administração	304	5,1%
Sec. Ação Social	180	3,0%
Sec. Serviços Urbanos	169	2,9%
Sec. Finanças	106	1,8%
Sec. Desenvolvimento Urbano	85	1,4%
Sec. Extraordinária de Governo	50	0,8%
Sec. de Gabinete	48	0,8%
Sec. Assuntos Jurídicos	35	0,6%
Sec. Meio Ambiente	28	0,5%
Sec. Desenvolvimento Econômico	24	0,4%
Gabinete	23	0,4%
Sec. Planejamento	22	0,4%
Sec. Controle Interno	19	0,3%
Sec. Tecnologia de Informação	7	0,1%
Total	5.914	100,0%

Fonte: Relatório da SEMAD/CDRH

Vila Velha possui 1,5 servidor para cada 100 habitantes, o menor número dentre os quatro grandes municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória

Vila Velha possui 1,5 servidor para cada 100 habitantes, o menor número dentre os quatro grandes municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, como demonstrado abaixo:

Número de servidores para cada 100 habitantes nos maiores municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória - 2006

Município	Servidores	População	Nº. de servidores para cada 100 habitantes
Cariacica	7.200	361.058	2,0
Vila Velha	5.914	405.374	1,5
Vitória	11.376	317.374	3,6
Serra	8.038	394.370	2,0

Fonte: População IBGE e o número de servidores publicado no jornal A Gazeta, de 10/06/2007.

2.2 - Serviços de terceiros

Os serviços de terceiros fazem parte das despesas de custeio, abrangendo itens importantes como os gastos com iluminação pública, limpeza urbana e manutenção de áreas públicas. São muitos os demais serviços computados nesse item, como locação de imóveis, de máquinas e de equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares, serviços de vigilância e segurança, serviços de consultorias, promoções de eventos artísticos e culturais, serviços de comunicação, reparos e manutenção de veículos e equipamentos, energia elétrica e telefonia da administração pública, publicidade e propaganda, aquisição de softwares e outros serviços de informática, diversos serviços técnicos especializados, estudos e pesquisas, dentre outros.

Em 2006, o gasto com serviços de terceiros foi de R\$ 99,2 milhões, tendo crescido 16,4% em relação a 2005. Note-se que esse crescimento foi igual ao registrado pela receita total. O montante destinado a esse item da despesa representou 37,2% da receita corrente, percentual que já chegou a 44% em 2002.

Educação especial na Umef Joaquim de Freitas



Ressalta-se que, nestes valores, a coleta de lixo e a varrição do município, juntas, representaram R\$ 27,7 milhões ou 28% do total. Se a esses valores forem adicionados os R\$ 9,41 milhões do Programa de Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e os R\$ 5,95 milhões da Iluminação Pública, totalizam-se R\$ 43,06 milhões, o que representa 43,4% do total de serviços de terceiros.

O crescimento desse item está relacionado à expansão das atividades e dos serviços públicos. Cabe lembrar que, em 2005, o crescimento dos serviços de terceiros poderia ter sido maior; no entanto, foi contido em 12,6%, a fim de contribuir para a formação de um superávit orçamentário. Houve a necessidade de se gerar um superávit em 2005 para compensar o déficit de 2004, causado pelos gastos emergenciais relacionados às enchentes, e assim reequilibrar as contas municipais.

Participação dos serviços de terceiros na receita corrente

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Serv. de terceiros/ Receita corrente	46,2%	36,8%	44,0%	40,5%	35,4%	34,2%	37,2%

Fonte: balanços municipais.

2.3 - Material de consumo

Os itens que compõem os dispêndios com material de consumo são tão variados quanto os de serviços de terceiros. A lista inclui desde alimentos e bebidas, até uniformes, fardas, combustíveis e peças para veículos, material de expediente, material de limpeza, material para hospitais, laboratórios e unidades de saúde e uma infinidade de outros artigos utilizados na prestação dos serviços públicos.

O valor utilizado na compra dessa gama de material de consumo totalizou R\$ 7,1 milhões, equivalendo a um crescimento de 72,9%



Obras de macrodrenagem na rua Felicidade Siqueira - Bairro Alvorada



Obras de macrodrenagem na Rua Vital Brasil - Bairro Soteco

Despesa com material de consumo

Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



em relação ao montante de 2005, atualizado pela inflação. Convém ressaltar que o valor do material de consumo em 2005 havia caído, estando 30% menor que o de 2004, em função da necessidade de se conter gastos em 2005, para o Município recuperar o equilíbrio orçamentário. Portanto, a base de comparação estava reduzida. Mesmo assim, o valor de 2006 foi o mais elevado do período de 2002 a 2006.

É interessante notar que essa despesa, assim como uma parte dos serviços de terceiros, está bastante vinculada ao nível dos investimentos, ou seja, ao investir-se na construção de escolas, em unidades de saúde, na pavimentação de ruas ou na iluminação pública, por exemplo, num momento seguinte aumentam-se os gastos para manter o funcionamento ou as boas condições dessas obras.

2.4 - Dívida

As despesas com encargos e as amortizações da dívida do Município de Vila Velha têm sido crescentes, desde 2001, quando iniciou-se um processo de regularização de diversas pendências herdadas das administrações anteriores. Tais pendências referem-se a grandes dívidas junto ao INSS e ao FGTS, que hoje perfazem um total de R\$ 86 milhões.

Vale ressaltar que parte dessa dívida advém de débitos da Câmara Municipal, os quais o Município se vê obrigado pelo INSS a assumir, seja com o imediato pagamento ou com a inclusão em parcelamentos a serem descontados diretamente no FPM, para manter a regularidade fiscal e, assim, estar apto a receber recursos advindos da esfera federal.

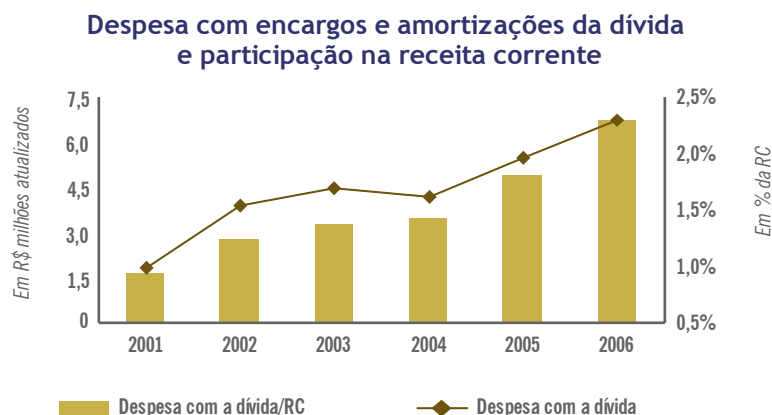
Obras de macrodrenagem - Bacia Aribiri



Perfil da dívida consolidada - 2006

Descrição	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação 2006
	em mil reais correntes			
Contribuições sociais (INSS)	53.739	57.676	7,3%	60,8%
FGTS	27.829	28.389	2,0%	29,9%
Outras dívidas	11.153	8.818	-20,9%	9,3%
Dívida consolidada total	92.720	94.883	2,3%	100,0%

Diante desse perfil da dívida consolidada de Vila Velha, os gastos com seus encargos e amortizações foram de R\$ 6,7 milhões, em 2006, valor 37% acima do ano anterior. Todavia, a parcela da receita corrente destinada a cobrir essa despesa ainda é inexpressiva alcançando apenas 2,3%, em 2006 (veja tabela da página 20).



2.5 - Investimentos

Os investimentos foram os gastos que mais se elevaram em 2006. Vila Velha duplicou os investimentos, que passaram de R\$ 25,4 milhões, em 2005, para R\$ 51,9 milhões, no ano seguinte. Isso significa que 17,7% do que foi despendido pelo Município foram direcionados para investimentos.

Os investimentos foram os gastos que mais se elevaram em 2006. Vila Velha duplicou os investimentos, que passaram de R\$ 25,4 milhões, em 2005, para R\$ 51,9 milhões, em 2006

Evolução dos investimentos Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



Vila Velha possui 3.470 vias, das quais 1.421 não estavam pavimentadas até o ano de 2000. Desse total, foram pavimentadas 235, no período de 2001 a 2006, ou seja, 17% das vias sem pavimentação



*Pavimentação da rua da Serraria -
Bairro Rio Marinho*



*Obra de macrodrenagem na
rua Felicidade Siqueira*

Os desembolsos com investimentos, em 2006, foram os mais elevados do período analisado, de 2001 a 2006. Mesmo se comparado ao ano de 2004, quando houve a necessidade de se realizar gastos adicionais em função das grandes enchentes, os investimentos de 2006 ainda assim foram 8,6% maiores.

Em 2006, destacaram-se os investimentos realizados em Educação, drenagem e pavimentação. Algumas das vias que receberam ou estão em obras foram as seguintes:

- Sol Nascente
- Nova Esperança
- Itaipava
- Ibitirama
- Glauber Rocha
- Manoel de Abreu
- Dom João Batista
- Dos Laranjais
- Jorge Majestade
- Macieira
- Serraria
- Bela Vista
- Itapemirim
- Itaguaçu
- Otávio Borim
- João Evangelista de Souza
- Ayrton Senna
- Sesquicentenário
- Vinicius de Moraes
- Jaboticabeira
- Ivan Neiva Neves

Para a realização dos serviços de macrodrenagem, a Prefeitura assinou um contrato com a Caixa Econômica Federal (Caixa) prevendo investimentos da ordem de R\$ 42,9 milhões, sendo que, desse total, R\$ 27,6 milhões serão recursos advindos da Caixa (64,4%) e R\$ 15,3 milhões será a contrapartida da Prefeitura (35,6%). Em 2006, a Caixa só havia liberado R\$ 328 mil, enquanto que a Prefeitura destinou R\$ 5,1 milhões relativos a sua parte. Essa demora na liberação dos recursos da Caixa explica a redução do ritmo das obras, em 2006. A macrodrenagem envolve as áreas do Canal da Costa, São Torquato, Guaranhuns, Aribiri I, II e III.

Os investimentos na Educação representaram 45% do total. A partir de dezembro de 2005, iniciou-se a implementação do programa de obras de melhorias físicas em diversos prédios escolares da rede



Sala da Informática na UmeF Leonel de Moura Brizola - Bairro de Santa Rita

municipal. Em janeiro de 2006 esse programa passou a atender também as escolas estaduais municipalizadas. Trata-se de um programa de caráter contínuo e que pretende alcançar toda a rede. As intervenções envolvem desde a constante manutenção e conservação preventiva e corretiva dos prédios, até a adequação e a reorganização dos espaços físicos internos e externos das unidades escolares, de tal forma que, gradativamente, estas sejam ajustadas ao novo padrão de qualidade das novas unidades que vêm sendo construídas, ampliadas e/ou reformadas. Em 2006, foram realizadas obras de melhorias em nove Umeis e 24 UmeFs. Destaca-se, ainda, a inauguração da UmeF Ferreira Coelho (1ª etapa).

Vale ainda mencionar o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que, de 2001 a 2006, entregou 2.022 unidades habitacionais e prevê-se entregar mais 210, em 2007, no âmbito do Programa de Habitação de Interesse Social.

Umeis e UmeFs nas quais foram realizadas obras de melhoria em 2006

Umeis
Casulo do Vovô
Maria Nunes Lima
Comecinho de Vida
São Francisco Assis
Sta. Rita de Cássia
Profa. Normília Cunha dos Santos
Prof. Irineu Fraga Neves
Saturnino Rangel Mauro
Terezinha Pagotti
UmeFs
Deolindo Perim
Antônio de Barcellos
EdsonTavares
Henrique Rimolo
Paulo Mares Guia
Ricardina Stamato da Fonseca
Marina Barcellos Silveira
Maria Emelina M. Barcellos
Sítio Terra Vermelha
Profª Emilia do Espírito Santo Carneiro
Ilha da Jussara
Ana Bernardes Rocha
Marcionília Maurício Bueno
Juiz Jairo de Mattos
Dr. Tancredo de Almeida Neves
Basílio Costalonga
Pedro Herkenhoff
Izaltina Almeida Fernandes
Irmã Feliciana
Antônio Pinto Rodrigues
Profº Luiz Malizeck
José Siqueira Santa Clara
Naydes Brandão
Ernani Souza

2.6 - Educação

Como foi mostrado até agora, a Educação é a área da atuação pública municipal que absorve a maior parte da despesa (31,6%) e a que emprega a maior quantidade de servidores (57,6%). Esses grandes valores justificam-se diante do número de alunos que são atendidos anualmente na rede municipal de ensino infantil e fundamental e do número de escolas e professores que são necessários para manter o funcionamento dessas redes.

O crescimento do número de matrículas foi intenso nos últimos cinco anos. Em 2006, foram registradas 7.685 matrículas no ensino infantil, o que correspondeu a um aumento de 137%, comparado a 2001. No ensino fundamental, o crescimento foi de 127%, no mesmo período, destacando-se o ano de 2006, quando foram registradas 36.192 matrículas, o que representou um salto de 48%, em relação a 2005. A quantidade total de professores em exercício também aumentou, passando de 1.238 para 1.440.



Umei reformada Padre Edmundo

Esses alunos e professores estão alocados em 58 Unidades Municipais de Ensino Fundamental (Umefs) e 32 Unidades Municipais de Ensino Infantil (Umeis). Dentre essas escolas, constam 21 que foram municipalizadas, em 2006, ou seja, foram transferidas do âmbito do governo estadual para o municipal.

Quantitativo de professores em exercício (sala de aula)

	2004	2005	2006
Professores	1.111	1.238	1.440

Para dar conta dessa revolução na Educação em Vila Velha, foi necessário um correspondente aumento dos recursos direcionados para essa área. Em 2006, esse valor chegou a R\$ 92,7 milhões, montante superior em 26,6% ao de 2005, o que representou um adicional de recursos da ordem de R\$ 19,5 milhões, de um ano para outro. Em relação ao ano de 2002, esse valor foi 96,8% maior.

Os investimentos na Educação em Vila Velha têm gerado resultados bastante animadores no que se refere ao desempenho dos alunos, atestando que a qualidade do ensino também evoluiu. Os resultados da Prova Brasil 2005, divulgados em meados de 2006, mostram que todas as médias da rede municipal de ensino de Vila Velha foram maiores que as médias das redes públicas totais do Estado e do Brasil (veja tabela a seguir). As médias de Vila Velha também foram superiores às de municípios como Vitória, Serra, Cariacica e Viana.

Resultados da Prova Brasil - 2005

	Língua portuguesa		Matemática	
	4ª série	8ª série	4ª série	8ª série
Média da rede municipal de Vila Velha	182,55	234,33	187,29	250,28
Média do Espírito Santo *	176,06	228,75	182,72	245,89
Média Brasil	174,14	225,17	181,10	239,98

* Inclui a rede pública estadual e municipal.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Matrículas na rede municipal do ensino infantil



Matrículas na rede municipal do ensino fundamental



Gasto na função Educação

Em R\$ mil - IPCA médio de 2006



O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que combina os resultados da Prova Brasil ou do Saeb com informações sobre rendimento escolar (aprovação e reprovação), é outro indicador da situação mais favorável de Vila Velha diante do Estado e até da média nacional.

Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
no ensino fundamental - 2005

	1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries
Vila Velha (rede municipal)	4,3	3,6
Espírito Santo (rede estadual)	3,7	3,5
Brasil	3,8	3,5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Umef Leonel de Moura Brizola - Bairro de Santa Rita



Número de alunos por escola municipal de ensino fundamental e da educação infantil - 2006

Escolas municipais de ensino fundamental	Número de alunos
Alger Ribeiro	1.225
Ana Bernardes	420
Antonia Malbar	366
Antônio de Barcellos	331
Antônio Bezerra	1.121
Antônio Pinto Rodrigues	435
Aylton de Almeida	1.090
Basílio Costalonga	218
Cecília Marquesi	203
C. Esportivo Vila Olímpica	919
Córrego Sete	49
Darcy Ribeiro	975
Deolindo Perim	642
Edson Tavares	275
Ernani Souza	683
Ferreira Coelho	971
Gil Bernardes	618
Giovani Cavaliere	290
Graciano Neves	526
Guilherme Santos	685
Henrique Rímolo	497
Ilha da Jussara	778
Irmã Feliciano	718
Izaltina Almeida Fernandes	661
Joaquim de Freitas	441
Joffre Fraga	827
João Calmon	1.114
José Elias Queiroz	175
José Siqueira Santa Clara	423
Juiz Jairo de Mattos	1.064
Leonel Brizola	803
Marcionília	702
Maria Emelina	879
Maria Luiza	286
Maria Eleonora Pereira	1.008
Marina Barcellos Silveira	474
Mário Casanova	343
Mickeil Chequer	800
Nair Dias	542
Naydes Brandão	580
Nice Paula	760
Ofélia Escobar	770
Paulo Mares Guia	902
Pedro Herkenhoff	1.095
Profª Emilia do Espírito Santo Carneiro	1.075
Profº Zaluar Dias	187
Profº Luiz Malizeck	483
Profº Paulo Cesar Vinha	1.095
Profª Raymunda de Mendonça	628
Ricardina Stamato da Fonseca	300
Rubem Braga	289
Saturnino Rangel Mauro	611
Seringal	25
Tancredo Neves	156
Thelmo Torres	804
Terra Vermelha	115
Ulisses Álvares	561
Waldomiro Martins	472
Total	35.485

Fonte: Censo escolar - 2006/SEMECE- matrícula inicial, dados preliminares.

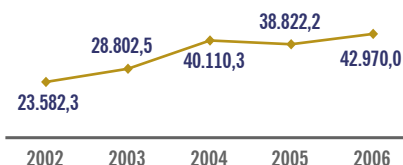
Escolas municipais de ensino infantil	Número de alunos
Amilton da Silva	235
Casulo do Vovô	161
Com. Antônio Augusto Franco Sobrinho	119
Comecinho de Vida	280
Criança Feliz	337
Irineu Fraga	204
Izabel Correia da Silva	265
José Elias de Queiroz	46
José Silvério Machado	495
Jurandyr Mattos Griffó	292
Lar Fabiano	182
Luiz Augusto Aguirre	358
Maria Cristina	138
Maria da Glória Rauta	290
Maria Nunes Lima	174
Maria Rita Neves	140
Milton Trancoso de Aguiar	340
Nirlene de Oliveira	344
Normília Cunha	446
Padre Edmundo	297
Paraíso Infantil	143
Pedro Cavaliere	259
São Francisco Assis	292
Sarah Victalino Gueiros	449
Saturnino Rangel Mauro	101
Sta. Rita de Cássia	195
Tancredo Neves	24
Terezinha Pagotti	367
Tia Jandira	98
Tia Nenzinha	181
Tia Nina	302
Vovó Cecília	131
Total	7.685

Fonte: Censo escolar - 2006/SEMECE- matrícula inicial, dados preliminares.

Sala de Aula UmeF Prof. Aylton de Almeida



Gasto na função Saúde Em R\$ mil - IPCA médio de 2006



2.7 - Saúde

O total do gasto com a função Saúde foi de R\$ 42,9 milhões, em 2006. Desse total, 71,2% foram recursos do próprio Município, 27,5% foram provenientes do governo federal e 1,3% do governo estadual.

O gasto na Saúde de 2006 foi 82,2% maior que o de 2002. Essa comparação permite perceber que, também nessa área, ocorreram profundas mudanças. Assim como na Educação, o aumento dos recursos na Saúde acompanhou a ampliação da rede de atendimento à população e o número de procedimentos realizados.

Procedimentos básicos de Saúde - 1997-2006

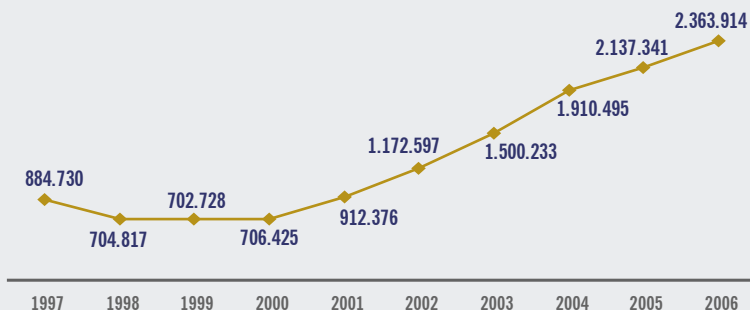
Ano	População	Procedimentos	Procedimentos por habitante
1997	305.370	884.730	2,9
1998	312.059	704.817	2,3
1999	318.758	702.728	2,2
2000	345.965	706.425	2,0
2001	355.739	912.376	2,6
2002	362.877	1.172.597	3,2
2003	370.727	1.500.233	4,0
2004	387.204	1.910.495	4,9
2005	396.323	2.137.341	5,4
2006	405.374	2.363.914	5,8

Fontes: dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Número de procedimentos da PMVV/SEMSA.

Palestra sobre diabetes na
Unidade de Saúde da Glória



Número de procedimentos em Saúde

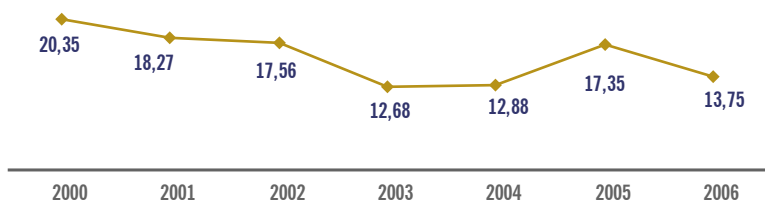


Fonte: Número de procedimentos da PMVV/SEMSA.



Atendimento odontológico na Unidade de Saúde de Ponta da Fruta

Coeficiente de mortalidade infantil por mil nascidos vivos



Fonte: SESA/SIM/SINASC

Além das três novas unidades de saúde construídas, desde 2001, outras cinco foram reformadas ou ampliadas, em 2006. Nesse ano, também foi dado início à reconstrução da US da Glória. O número de servidores da saúde, incluindo-se médicos, enfermeiros, auxiliares e administrativos passou de 601, em 2001, para 1.092, em 2006. Com essa extensão da rede de atendimento, foi possível realizar 2,4 milhões de procedimentos, o que representou cerca de 5,8 procedimentos por habitante, em 2006. No período de 1997 a 2000, a média dos procedimentos per capita foi de 2,4.

Os dois maiores programas de saúde de Vila Velha são o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Juntos, eles auferiram um valor de R\$ 9,4 milhões, em 2006, participando, portanto, com 22% do total do gasto com saúde.

Programas e serviços - 2006

Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS)

- US Barra do Jucu
- US Terra Vermelha

Programa Saúde da Família (PSF)

- US Ponta da Fruta
- US Ulisses Guimarães
- US Vila Nova
- US Araças
- US Ibes (inaugurada em 2005)

Programa de Saúde Bucal

- 100% das unidades municipais de ensino fundamental
- 60% das escolas estaduais de ensino fundamental (1ª a 4ª séries)

Pronto Atendimento (PA 12hs)

- US Coqueiral de Itaparica
- US Glória
- US Terra Vermelha

Pronto Atendimento

- US Cobilândia

Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA DST/Aids)

- Jardim Colorado (sob gerência administrativa da US Vila Nova)

Serviço de Assistência Especializada (SAE DST/Aids)

- US Vila Nova



Pesagem de crianças na Unidade de Saúde do Vale Encantado

Quantidade de unidades de saúde municipais - 2006

Unidades de saúde	11
Unidade de saúde da família (PSF)	5
Centro de saúde	1
Hospital municipal	1
Ambulatório de especialidade odontológica	1
Centro de atendimento psicossocial	1
Farmácia pública	1
Vigilância sanitária	1
Vigilância epidemiológica	1
Total de unidades de saúde	23

Número de procedimentos na rede municipal de saúde - 2005 e 2006

Rede municipal de saúde	2005	2006
1. Centro de Saúde da Glória	195.064	216.789
2. US Cobilândia	107.741	125.470
3. US Barra do Jucu	39.549	41.872
4. US Terra Vermelha	180.275	151.543
5. US Coqueiral de Itaparica	108.109	124.806
6. Central Odontológica	85.111	78.464
7. Hospital de Cobilândia	16.004	28.009
8. US Vila Garrido	23.936	21.318
9. US Vila Nova	212.635	145.713
10. US Santa Rita	45.175	33.100
11. US São Torquato	29.692	31.537
12. US Paul	42.470	31.689
13. US Araçás	97.839	82.723
14. US Vale Encantado	55.470	63.321
15. US Ibes	87.187	151.910
16. Vigilância Sanitária	9.703	12.738
17. US Dom João Batista	43.164	33.944
18. Programa Saúde Bucal	238.803	722.583
19. US Divino Espírito Santo	14.097	12.518
20. Vigilância Epidemiológica	5.147	5.992
21. US Santa Inês	3.570	-
22. US de Ulisses Guimarães	169.394	150.261
23. US Ponta da Fruta	77.043	87.562
24. Caps Ad - Vila Velha	369	10.052
Total de procedimentos	1.887.547	2.363.914

Fonte: SESA/SIM/SINASC

2.8 - Assistência Social

Assim como na área da Saúde existe um Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de julho de 2005, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que envolve as ações dos municípios, dos estados e da União, integrando a Assistência Social ao sistema nacional de Seguridade Social. O novo sistema único altera as formas de organização dos serviços de assistência social, de repasses de recursos da União às demais esferas de governo e de prestação de contas. São mudanças profundas na área da Assistência Social que pretendem dar-lhe o real caráter de política pública a qual têm direito os cidadãos brasileiros.

Com o advento do SUAS, a Assistência Social de Vila Velha está passando por algumas modificações, dentre as quais a maior é a adaptação dos dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) nas Regiões III e V, e a implantação de mais dois Centros nas Regiões II e IV. Essas medidas visam a inserir o Município na Gestão Plena do SUAS e descentralizar os serviços, levando-os às regiões de maior vulnerabilidade. A facilidade de acesso aos serviços de proteção social básica ofertados nos CRAS proporcionou aos munícipes maior conhecimento sobre os direitos sociais preconizados na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e, conseqüentemente, a promoção social das famílias e seus membros.

Os atendimentos sociais realizados em 2006, já no âmbito do SUAS, contemplam ações de:

- Proteção Social Básica, com atendimento preventivo à criança e ao adolescente, à família e ao idoso;
- Proteção Social Especial de Média Complexidade, com atendimento especializado às vítimas de violência, abuso e exploração sexual, aos moradores de rua e às crianças no trabalho infantil;
- Proteção Social Especial de Alta Complexidade, através dos abrigos municipais; e
- Gestão de Transferência de Renda/Bolsa Família.

A Prefeitura oferece, ainda, suporte administrativo aos diversos programas como os de Gestão de Planejamento e Informação Social, Gestão de Monitoramento, Gestão Financeira e aos Mecanismos de Controle Social - Casa dos Conselhos, além de prestar atendimento nas áreas de Direitos Humanos e Direitos do Consumidor.

Programas de assistência social

A - Serviços de proteção social básica:

- Programa de Atenção à Criança de 0 a 6 Anos;
- Ações sócio-educativas com crianças e adolescentes de 7 a 17 Anos;
- Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- Projeto Vale Música - Academia de Ensino;
- Projeto Apoio ao Adolescente Aprendiz;
- Rede Vil@Criança;
- Programa de Atenção ao Idoso (PAI);
- Projeto Aprender, Fazer e Vender;
- Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência (PAD);
- Projeto Habitação de Interesse Social;
- Revisão do Benefício de Prestação Continuada (RBPC);
- Atendimento, encaminhamento e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), instalados em Jardim Asteca/Região II, Alecrim/Região III, Jardim Marilândia/Região IV e Terra Vermelha/Região V;

B - Serviços de proteção social especial de média complexidade:

- Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela);
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
- Liberdade Assistida;
- Ações nos Conselhos Tutelares, das Regiões I, III, IV e V;
- Plantão Social;
- Centro de Triagem/Abordagem de Rua;
- Centro de Referência e Apoio à Mulher em Situação de Violência (CRAM - Vive);

C - Serviços de proteção social especial de alta complexidade:

- Rede de Abrigos para Crianças e Adolescentes;

D - Bolsa Família

Os inúmeros programas colocados à disposição da população exigiram que o Município investisse maiores recursos, o que foi feito a partir de 2001. O valor de 2006 foi de R\$ 2,5 milhões, sendo que desse total R\$ 1,2 milhão foi proveniente de repasses da União.

Além da disponibilização de maiores recursos para a Assistência Social, ocorreu um processo de amadurecimento ético-político dos gestores, técnicos e conselhos sociais, o que propiciou maior envolvimento dos atores sociais na execução da Política da Assistência. Fato evidenciado através da articulação entre os diversos programas e projetos no atendimento à população, bem como da maior participação dos Conselhos Municipais, enquanto mecanismos de controle social.

Despesa da Secretaria de Ação Social

Em R\$ mil - IPCA médio de 2006



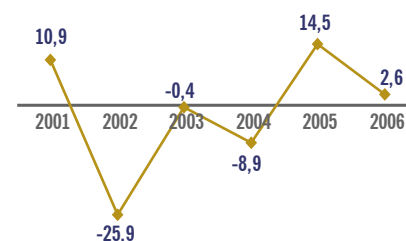


3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Em 2006, as receitas e as despesas praticamente se igualaram, gerando um pequeno resultado orçamentário positivo de R\$ 2,6 milhões. Esse valor representou 0,9% da receita total.

De 2001 a 2006, o Município tem apresentado uma execução orçamentária equilibrada, alternando pequenos déficits e superávits. Nesse período, a execução orçamentária de Vila Velha foi deficitária em dois anos, foi equilibrada em outros dois anos e superavitária nos outros dois. O resultado final do período foi equilibrado, o que pode ser constatado pela soma das receitas (R\$ 1,317 bilhão) e das despesas (R\$ 1,324 bilhão), cuja diferença representou apenas -0,6% do total das receitas.

Resultado orçamentário
Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



Receita, despesa e resultado orçamentário

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<i>em mil reais médios de 2006 - IPCA</i>						
Receita total	166.133,5	181.594,6	198.158,9	221.016,7	254.730,8	295.892,4
Despesa total	155.236,1	207.533,0	198.586,6	229.953,1	240.246,9	293.338,4
Resultado orçamentário	10.897,4	-25.938,4	-427,7	-8.936,5	14.483,8	2.554,0
Resultado / Receita (em %)	6,6%	-14,3%	-0,2%	-4,0%	5,7%	0,9%

Fonte: balanços municipais.

4. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Saúde - Segundo determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, todos os municípios brasileiros devem aplicar na Saúde, a partir de 2004, no mínimo, 15% de sua receita proveniente de impostos. Em 2006, Vila Velha aplicou o percentual de 15,63%, superando o limite mínimo estabelecido.

Educação - De acordo com a Constituição Federal, os municípios brasileiros devem investir em Educação, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos. Vila Velha Investiu 25,63% com o total da Educação, em 2006.

Pessoal - No exercício de 2006, Vila Velha comprometeu 35,03% da Receita Corrente Líquida (RCL) com a despesa de pessoal do Poder Executivo. Esse percentual foi inferior ao limite legal, que é de 54%, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estoque da dívida - A Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela resolução do Senado Federal nº 40, determina que o estoque da dívida consolidada líquida deve ser, no máximo, 120% do valor da receita corrente líquida. Em 2006, essa relação foi de 22,26%, em Vila Velha, quando a dívida consolidada líquida atingiu a cifra de R\$ 65,9 milhões.

Limites constitucionais e legais - 2006

Em % da receita corrente líquida		
	Limite máximo	Realizado
Gasto com pessoal do Executivo ¹	54%	35,03%
Dívida consolidada líquida	120%	22,26%

Em % da receita de impostos ²		
	Limite mínimo	Realizado
Gasto total com educação	25%	25,63%
Gasto total com saúde	15%	15,63%

¹ Refere-se ao gasto com pessoal da administração direta e indireta do Poder Executivo, não incluindo, portanto, os gastos com pessoal da Câmara Municipal.

² Essa receita inclui os impostos municipais (não inclui as taxas) e as transferências oriundas da arrecadação federal e estadual de impostos (não inclui transferências de convênios).

Maior comodidade para o contribuinte do ISS e melhor gestão tributária para a Prefeitura.

A Prefeitura de Vila Velha iniciou o ano de 2007 modernizando a sua administração tributária com a implantação do novo sistema de gestão do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza on line, o **VVISS**.

O **VVISS** permite que os contribuintes e os responsáveis tributários do Município façam, via internet, suas declarações de serviços prestados e de serviços tomados, reduzindo a burocracia e o tempo do contribuinte na apuração do imposto.



PREFEITURA DE VILA VELHA
TRABALHANDO SÉRIO
POR UMA CIDADE MELHOR



PREFEITURA DE VILA VELHA

TRABALHANDO SÉRIO
POR UMA CIDADE MELHOR

Ouvidoria Municipal
Reclamações, sugestões, denúncias, solicitações de serviços

0800 2839059